



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**SAMARA MORATO RAMOS**

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE  
NACIONAL COMUM CURRICULAR**

**SERRA TALHADA-PE  
2022**

**SAMARA MORATO RAMOS**

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE  
NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Artigo submetido ao curso de Licenciatura Plena em Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como requisito obrigatório para conclusão do curso e obtenção do grau de Licenciada em Plena em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Noádia Iris da Silva.

**SERRA TALHADA-PE  
2022**

## O tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular

### *The treatment of linguistic variation in the National Curricular Common Base*

Samara Morato Ramos<sup>1</sup>

Noadia Íris da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O ensino de língua materna esteve por muito tempo centrado no mito de que no Brasil só se fala uma única língua, com isso, a escola acabava desconsiderando as variedades linguísticas que fazem parte da realidade social. Contudo, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), as orientações oficiais recomendam o reconhecimento e respeito às variedades não padrão existentes no país, princípio que é confirmado no texto da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Neste trabalho, realizaremos análise documental de natureza qualitativa e base interpretativista, usando como *corpus* de pesquisa a versão homologada da BNCC, tendo como objetivo central analisar o tratamento dispensado ao fenômeno da variação linguística em todos os eixos de ensino do componente língua portuguesa no ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Para tanto, o trabalho se fundamenta em aportes da Sociolinguística Educacional, através de autores como, Bagno (2003, 2006, 2007) e Coelho *et al* (2015). Nossos resultados apontam para o fato de que há referências à variação tanto entre as competências do componente língua portuguesa quanto em habilidades de todos os eixos, entretanto, é apenas no eixo de Análise Linguística/Semiótica que a variação linguística figura como um conteúdo a ser abordado, porém de maneira pouco aprofundada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação Linguística; Base Nacional Comum Curricular; Ensino de Língua Portuguesa.

**ABSTRACT:** The teaching of the mother tongue was for a long time centered on the myth that in Brazil only one language is spoken, with this, the school ended up disregarding the linguistic varieties that are part of the social reality. However, since the publication of the National Curricular Parameters (BRASIL, 1997), official guidelines recommend the recognition and respect for non-standard varieties existing in the country, a principle that is confirmed in the text of the National Common Curricular Base (BRASIL, 2017). In this work, we will carry out documentary analysis of a qualitative nature and interpretive basis, using the approved version of the BNCC as a research corpus, with the central objective of analyzing the treatment given to the phenomenon of linguistic variation in all teaching axes of the Portuguese language component in elementary school. II (6th to 9th years). Therefore, the work is based on contributions from Educational Sociolinguistics, through authors such as Bagno (2003, 2006, 2007), Coelho *et al* (2015). Our results point to the fact that there are

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras Português/Inglês da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco

<sup>2</sup> Professora doutora lotada no curso de Letras Português/Inglês da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco

references to variation both between the competencies of the Portuguese language component and in skills of all axes, however, it is only in the Linguistic/Semiotic Analysis axis that linguistic variation appears as a content to be addressed, but in a less in-depth way.

**KEYWORDS:** Linguistic variation; Common National Curriculum Base; Portuguese Language Teaching.

## **Introdução**

A variação linguística é um fenômeno que acontece na língua quando duas formas podem aparecer em um mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, ou seja, com o mesmo significado. A variação é uma característica inerente às línguas, não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico e nem o entendimento entre os falantes, pois mesmo que as pessoas à nossa volta falem de diferentes maneiras, todos conseguem se entender, pois, a variação linguística não é aleatória, não acontece por acaso. Existem regras que a regem, por isso que mesmo falando de uma maneira variável, os falantes podem se compreender mutuamente (COELHO *et al.*, 2015).

As diferenças na fala podem ocorrer devido a alterações que a língua possa ter sofrido ao longo do tempo, afinal “A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo empreendido por todos os seus falantes cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2007, p.36). Por isso, a língua apresenta diferenças de uso em relação ao lugar ou à situação em que seus usuários se encontram. Dessa forma, a língua é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável, que está sempre nesse processo de construção e desconstrução, e por esse motivo a língua não é um produto pronto e acabado, ela é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído.

Entretanto, apesar do dinamismo inerente às línguas naturais, percebemos que o ensino-aprendizagem de língua materna em nosso país esteve, por muito tempo, associado a um ensino prescritivo, voltado apenas para a transmissão de gramática normativa. Tal ensino acabava excluindo todas as experiências sociocomunicativas dos alunos, por sua vez, desconsiderando as variedades linguísticas que fazem parte da realidade social.

Como forma de contrapor essa perspectiva descontextualizada de conteúdos linguísticos, no Brasil, em 1997, o Ministério da Educação (MEC) lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), formulados com base nas contribuições dos estudos linguísticos, como as da linguística textual, sociolinguística, análises do discurso, entre outras

correntes vinculadas à tendência “funcionalista” (MARCUSCHI, 2008, p.37). O intuito do documento era estabelecer diretrizes para a educação do Brasil, considerando o contexto plural dos nossos alunos.

Tal documento apontava para mudanças nas concepções e inovação do ensino de português, a escola passava a ser a principal responsável por proporcionar ao aluno o contato com a pluralidade discursiva, promovendo reflexões sobre a dinamicidade da língua e seu uso, com a finalidade de expandir a competência comunicativa do discente. Esse contato possibilitaria ao aluno uma mudança em nossa tradicional forma de pensar a variação como algo pejorativo, errado, feio, desvio da norma padrão, vista como algo negativo. Uma reeducação que retira o foco das noções de “certo” x “errado”, mostrando que a língua é viva, heterogênea, e pode sofrer alterações (SANTOS e MELO, 2019).

Posteriormente, em 2017, o MEC apresentou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), concebida como referência para elaboração dos currículos nacionais, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 13.415/2017). A Base é um documento normativo que serve como referência obrigatória na construção dos currículos escolares, devendo guiar as propostas pedagógicas e docentes, determinando o que será ensinado em cada área do conhecimento e em cada etapa de escolarização das escolas privadas, públicas municipais, estaduais e distritais de todo o país.

Dada a importância da BNCC como referencial curricular nacional, neste estudo realizaremos análise documental de natureza qualitativa e base interpretativista, usando como *corpus* de pesquisa a versão homologada da BNCC (BRASIL, 2017), tendo como objetivo central analisar o tratamento dispensado ao fenômeno da variação linguística em todos os eixos de ensino do componente língua portuguesa no ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Para tanto, o trabalho se fundamenta em aportes da Sociolinguística Educacional, através de autores como, Bagno (2003, 2006, 2007), Coelho *et al.*, (2015).

O relato desta pesquisa está organizado em três seções. Na primeira, discutimos os fundamentos teóricos advindos da Sociolinguística Variacionista, que nos auxiliam a abordar o fenômeno da variação de forma endógena e exógena à língua e a distinguir a norma padrão das normas cultas e das normas não-padrão faladas no Brasil. Na sequência, apresentamos os aspectos metodológicos da investigação, instrumentos e procedimentos de análises. A terceira seção é destinada à análise documental de passagens da BNCC relativas às competências e habilidades do componente língua portuguesa; finalmente, fazemos considerações acerca dos resultados da análise.

## 1. A variação linguística vista por critérios internos e externos à língua

Para termos contato com estudos da Sociolinguística Variacionista é necessário “abrir a cabeça” e nos desfazermos de algumas noções que temos pré-concebidas de língua como estrutura pronta, acabada. É preciso aceitar a língua usada no dia a dia como um objeto de estudo, compreendendo que a realidade dos falantes influencia diretamente a maneira deles falarem e avaliarem a língua usada por eles e pelos outros. Pois, “cada grupo social apresenta características no seu falar condicionadas por sua origem, sua idade, sua escolaridade, entre outros fatores.” (COELHO *et al.*, 2015, p.13).

Como vemos, apesar das pessoas se comunicarem de formas diferentes, os falantes conseguem se relacionar sem maiores problemas, como elenca Coelho *et al.* (2015), pois, a língua é um sistema organizado

As conclusões que podemos tirar dessa aparente "pegadinha" são que, primeiramente, a língua é um **sistema organizado** — tão organizado que seus falantes se comunicam perfeitamente entre si, não importando um mora no interior de São Paulo e o outro na capital do Rio Grande do Sul, se um tem 6 anos de idade e o outro 60, se um tem curso superior e o outro ensino fundamental. Em segundo lugar, podemos concluir que a **língua varia**, e essa variação decorre de fatores que estão presentes na sociedade e — além de fatores que podem ser encontrados dentro da própria língua (...). (COELHO *et al.*, 2015, p.13, destaque dos autores).

Dentro e fora da língua existem forças que influenciam tanto um grupo de pessoas ou um único indivíduo a falarem de certa maneira, são os chamados *condicionadores*, são eles que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante. Eles nos permitem avaliar em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante terá maior possibilidade de ser escolhida em relação a outra, delimitando quais os contextos a variação em estudo são prováveis de ocorrer. Acerca dos condicionadores:

Eles são divididos em dois grandes grupos, em função de serem mais ligados a aspectos *internos* da língua ou *externos* a ela. No primeiro caso, são também chamados de condicionadores *linguísticos*. Como exemplos, temos a ordem dos constituintes em uma sentença, a classe das palavras envolvidas no fenômeno em variação, aspectos semânticos, etc. No segundo caso, são também chamados de condicionadores *extralinguísticos*. Entre os condicionadores extralinguísticos de natureza social, os mais comuns são o sexo/gênero, o grau de escolaridade e a faixa etária do informante. (COELHO *et al.*, 2015, p. 20, destaques dos autores).

A variação linguística vista de dentro da língua, pode ocorrer em diferentes níveis linguísticos. Acontece **variação lexical ou semântico-lexical**, em situações em que o mesmo conceito/ideia é expresso por palavras diferentes, como, por exemplo, menino ou guri, tangerina ou bergamota, que, conforme a região ou situação de formalidade ou informalidade, pode apresentar variação.

Já a **variação fonológica** é um dos níveis em destaque e um dos tipos mais estudados nas pesquisas sociolinguísticas, pelo fato de ser mais evidente de perceber. Essa variação acontece com a troca de algumas vogais (e por i, o por u), consoantes por vogais (l por u), troca do fonema l por r, etc. No quadro, apresentamos alguns desses fenômenos:

QUADRO 1: Exemplos de variação linguística fonológica

FENÔMENO	CONCEITO	EXEMPLO
Despalatalização	Consiste na perda de palatalização.	(<lh> passa para <l>: <i>palha &gt; palia</i> ).
Síncope	Supressão de um segmento sonoro no interior da palavra.	Relâmpago (por 'relampo').
Monotogação	Transformação ou redução de um ditongo em uma vogal.	Pouco (por 'poco').
Alçamento das vogais médias pré-tônicas	Elevação das vogais pré-tônicas por influência de uma vogal em sílaba subsequente.	Menino (por 'minino').
Epêntese vocálica	Emissão de uma vogal entre consoantes.	Obter (por 'obiter').
Rotacismo	Troca da consoante [l] pela consoante [r].	Planta (por 'pranta').

FONTE: Elaboração própria

Outro nível linguístico em que podemos observar a variação é o morfológico. Nele temos, talvez, a categoria de variação mais difícil de ser percebida pelos falantes da língua, a variação *morfológica*, que decorre da alteração de um fonema na palavra, alterando sua grafia ou forma. Como, por exemplo, as palavras "pegajoso" e "peguento".

Já sabemos que quando a variação está apenas no âmbito do fonema, temos a variação fonológica, porém quando ela passa também para o âmbito do morfema, temos um caso de uma **variação morfofonológica**, pois os morfemas que caem são também fonemas, acontecendo, portanto, um caso de *interface*, pois está ocorrendo um caso de variação que abarca dois ou mais níveis gramaticais (COELHO *et al.*, 2015).

Outra situação de interface acontece quando dizemos que a concordância com a segunda pessoa do singular em *tu anda* e a concordância com a terceira pessoa do plural em *eles anda* é dada na relação que se estabelece entre pronome e verbo – é o pronome que carrega o significado de pessoa do verbo. Nesse caso saímos do campo da morfologia e

vamos para o campo da sintaxe, ou melhor dizendo, da morfossintaxe. Temos aqui um caso de **variação morfossintática**.

Agora vamos passar a observar a variação no nível da sintaxe. De acordo com Coelho *et al.* (2015, p.29), o estudo sobre a variação nas orações relativas, foi um dos primeiros trabalhos de Sociolinguística no âmbito da **variação sintática** realizado no Brasil por Fernando Tarallo em 1980. O autor mostrou três construções relativas: "O filme a que me referi é muito bom"/"O filme que me referi é muito bom"/"O filme que me referi a ele é muito bom", essas construções estão em variação no português no Brasil, e são condicionadas principalmente por fatores extralinguísticos.

Até o dado momento foram examinados fenômenos variáveis no âmbito lexical e dos níveis gramaticais — fonológico, morfológico (e suas interfaces) e sintático. A partir de agora falaremos de **variação discursiva**, que conforme Coelho *et al.* (2015), associa-se a esse tipo de variação os fenômenos variáveis na dimensão textual/discursiva – tais como encadeadores coesivos (conectores e marcadores discursivos) –, e também a condicionadores de natureza textual/discursiva.

*A variação vista por critérios externos à língua:*

Neste tópico, vamos observar o fenômeno da variação linguística a partir de níveis extralinguísticos, seguindo esse critério, apresentaremos quatro categorias. A primeira delas é **variação regional**, também conhecida como *geográfica* ou ainda *diatópica*. Esse tipo de variação é o responsável por caracterizar a fala de uma região em relação a outra: entre dois países, duas regiões de um mesmo país, dois estados de uma mesma região, duas cidades de um mesmo estado, bairros de uma mesma cidade, e entre zonas urbanas e zonas rurais ou do interior. Atentando para aspectos, tais como, a recorrência a determinados itens lexicais, certos padrões entoacionais e alguns traços fonológicos, podemos, às vezes, identificar com bastante precisão a origem de uma pessoa pelo modo que ela fala. Um exemplo perceptível de variação *diatópica* pode ser observado na pronúncia das vogais pretônicas /e/ e /o/, como ‘moreno’ e ‘peteca’, em algumas regiões do Brasil são pronunciados de formas diferentes, na região Nordeste temos uma pronúncia mais aberta e nas regiões Sudeste e Sul pronúncias mais fechadas.

Através de marcas da **variação social** ou *diastrática*, podemos refletir características sociais dos falantes, uma série de variáveis sociais podem condicionar a variação linguística, como o *grau de escolaridade*, através da qual se supõe-que pelos falantes terem um contanto

maior com a norma culta e serem escolarizados, supõe-se que, dificilmente produzam formas como “nós vai” ou “a gente vamos”; a variável *nível socioeconômico* é um condicionador muito estudado nos trabalhos de William Labov, um dos pioneiros da sociolinguística, e seu grupo de pesquisa, em que entendem que “o grupo social menos privilegiado favorece o uso de variantes não padrão da língua, enquanto os mais privilegiados optam pelas variantes padrão” (COELHO *et al.*, 2015, p.41). A variável *faixa etária*, está relacionada à tendência que os falantes mais velhos demonstram em usar formas linguísticas mais antigas, à medida que os falantes mais jovens preferem usar as formas mais novas. Entretanto, estudos apontam que essa variável não pode ser considerada sem que se leve em conta a relação entre o individual e a comunidade, e entre também os demais condicionadores sociais.

O terceiro tipo de variação exógena à língua é a **variação estilística** ou *diafásica*. Ela está relacionada com os papéis sociais que os falantes desempenham nas situações comunicativas, pois usamos diferentes formas linguísticas para falarmos, por exemplo, a forma que falamos com alguém da nossa família é bem diferente da que falamos com o chefe de trabalho.

Esses são fatores relacionados à variação estilística, que decorre, em suma, da *adequação* que os interlocutores fazem de sua fala ao contexto geral em que ocorre a comunicação. Certamente, em situações formais, usamos uma linguagem mais monitorada, ou seja, prestamos mais atenção à forma como falamos, enquanto que, em situações mais informais, usamos uma fala mais coloquial. Essas duas linguagens são chamadas, respectivamente, *de registro formal e registro informal*. (COELHO *et al.*, 2015, p. 46, destaques dos autores).

Assim como escolhemos roupas conforme a situação, a escolha do registro linguístico a ser usado precisa considerar a situação comunicativa do falante. Embora essa decisão nem sempre aconteça de maneira consciente, o falante tende a usar um registro mais ou menos formal conforme o contexto sociocomunicativo em que interaja.

Finalmente, o quarto tipo de variação percebida através de critérios externos à língua é a **variação entre a fala e a escrita** ou *diamésica*, pois de modo geral, a fala é uma atividade espontânea e improvisada, exceto em casos planejados, como em palestras e seminários, e por esse motivo é mais suscetível à variação. Já a escrita é tida como uma atividade artificial (não espontânea), em que articulamos e planejamos o texto com uma finalidade, e, por esse motivo, acaba sendo menos variável e mais monitorada. Esses fatores nos levam a comparar dados orais e escritos para detectar a presença de formas linguísticas específicas, corroborando a percepção geral de que formas linguísticas menos cultas são encontradas com

maior frequência nos dados orais, diferentemente dos dados escritos, em que as formas linguísticas mais cultas são mais prevalentes.

### **1.1 Normas padrão e não padrão e o preconceito linguístico**

Na língua portuguesa, existem diversas variações linguísticas, fruto da existência de diferentes grupos sociais, com diferentes graus de escolarização, que apresentam diferentes hábitos linguísticos. Isso resulta numa pluralidade de normas, são elas: *norma culta*, *norma-padrão* e *norma não padrão*. Discutiremos os conceitos de cada uma no decorrer desta subseção.

Diante de todas essas normas, começaremos discutindo sobre a norma culta, tida como mais conceituada, de maior prestígio social, vista como uma linguagem culta e erudita, “[...] A outra definição que se dá ao rótulo *norma culta* se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos seguimentos mais favorecidos da nossa população”, a elite, grupo restrito que pertencem à camada mais favorecida e escolarizada da sociedade. (BAGNO, 2003, p.51, destaque do autor).

De acordo com Bagno (2003), a norma culta, na verdade, mais se trata de um preconceito do que mesmo de um conceito propriamente dito, pois, a ideia de existência de apenas uma única maneira “certa” de se falar uma língua, sendo aquela que aparece estampada nos livros denominados *gramáticas*, nos quais aparecem o conjunto de regras e preceitos definidos pelos gramáticos que tendem a preservar um modelo de língua, um padrão, para os falantes que desejam usar a língua de forma “correta”, “elegante”, “civilizada”. Com isso, torna toda e qualquer variação que se distancie desse padrão a ser seguido, como algo “errado”, “feio”, “desvio”.

O que aprendemos na escola desde pequenos é que no Brasil só se fala português, nessa tradição de ensino de língua portuguesa existe um mito que há muito tempo causa um sério estrago na educação, o mito da unidade linguística, que seria a ideia de uma única língua. Mesmo o português sendo a língua mais falada, mais usada e mais escrita não se pode deixar de considerar todas as variedades que estão presentes nela.

Primeiro, no Brasil *não se fala uma só língua*. Existem mais de duzentas línguas ainda faladas em diversos pontos do país pelos sobreviventes das antigas nações indígenas. Além disso, muitas comunidades de imigrantes estrangeiros mantêm viva a língua de seus ancestrais: coreanos, japoneses, alemães, italianos, etc. (BAGNO, 2006, p.17, destaque do autor).

Segundo Bagno (2006), o que existe é um pequeno número de variedades do português, falada por um determinado grupo social, em uma determinada região, em uma certa época, que, por algum motivo ou razão se tornou a base para a criação da norma-padrão, que acaba sendo fruto de uma convenção social.

A norma-padrão é aquele *modelo ideal* de língua que deve ser usado pelas autoridades, pelos órgãos oficiais, pelas pessoas cultas, pelos escritores e jornalistas, aquele que deve ser ensinado e aprendido na escola. Quando estabelecida, ganha tanta importância e prestígio social que as demais variedades passam a ser consideradas “erradas”, “desvios”, “inadequadas”, “impróprias”, “feias”. Tornando assim a norma-padrão como se fosse o único modelo legítimo dos falantes desta língua (BAGNO, 2006).

Existe, portanto, um português-padrão, o modelo e norma oficial a ser seguido, e ensinado nas escolas, explicado nas gramáticas, estabelecido nos dicionários, e que sempre será usado nos meios de comunicação, na literatura, nas leis e decretos do governo.

De acordo com Bagno (2006), no Brasil, portanto, não se fala “uma só língua portuguesa”. O que temos é um certo número de variedades de português faladas, das quais alguns chegaram a esse posto de prestígio por razões que não estão ligadas a ordem linguística, mas sim motivos sociais, históricos, econômicos e culturais, como é o caso da norma-padrão, já outras se distanciam desse modelo, como no caso da norma não padrão, e por esse motivo tendem a ser estigmatizadas. Sobre tais inquietações, Bagno (2006, p. 28) explicita:

O português não-padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo [...]. É também, consequentemente, a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil — país que tem a pior distribuição da riqueza nacional em todo o mundo —, o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado “feio”, “deficiente”, “pobre”, “errado”, “rude”, “tosco”, “estropiado”.

Por ser falado por pessoas com menos influência na sociedade, de classe social mais baixa e de pouca escolaridade, não goza de prestígio. Por isso grande parte da população com mais anos de estudo, considera as normas não padrão menos cultas e até mesmo incorretas. Isto tudo é puro preconceito linguístico. É essencial o entendimento e a aceitação de que todas as variedades linguísticas são fatores de enriquecimento e cultura, não devendo ser encaradas como erros ou desvios. Reconhecer às variações da língua, ajuda no combate ao preconceito

que existe contra as formas populares. Assim, o preconceito linguístico é decorrente de um preconceito social:

O preconceito linguístico é tanto mais poderoso porque, em grande medida, ele é invisível, no sentido de que quase ninguém se apercebe dele, quase ninguém fala dele, com exceção dos raros cientistas sociais que se dedicam a estudá-lo. Pouquíssimas pessoas reconhecem a existência do preconceito linguístico, que dirá a sua gravidade como um sério problema social. E quando não se reconhece sequer a existência de um problema, nada se faz para resolvê-lo. (BAGNO, 2015, p. 22).

Claramente, do ponto de vista do autor, há a necessidade de esclarecer os preconceitos difundidos pela diversidade linguística e as práticas de interação linguística, e há a necessidade de uma campanha contra o preconceito linguístico em prol de uma educação na língua materna mais democrática e alinhada com a sociedade em que se expressa.

## **2. Aspectos metodológicos da investigação**

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, de base interpretativista, do tipo documental. Segundo Cechinel *et al.* (2016), a pesquisa documental em seu aspecto teórico metodológico é caracterizada pela pesquisa e/ou análise de documentos. Entretanto, ela apresenta especificidades em relação à pesquisa bibliográfica, embora sejam parecidas. Notam-se algumas diferenças entre elas, principalmente, no que diz respeito à natureza das fontes, pois a pesquisa bibliográfica

[...] se embasa diretamente nas fontes científicas e materiais impressos e editados, como livros, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários, periódicos, artigos, teses, etc., ao passo que a pesquisa documental levanta materiais que ainda não foram editados, ou que não receberam um tratamento analítico suficiente, por exemplo, cartas, documentos cartoriais, memorandos, correspondências pessoais, avisos, agendas, diários, propostas, relatórios, atas, estudos, avaliações, etc. (GIL, 2008; MARTINS; THEOPHILO, 2009 *apud* CECHINEL *et al.*, 2016, p. 02-03).

Em relação às fontes documentais da pesquisa documental, “[...] têm-se como fontes documentais, o diário de classe, plano de ensino, Projeto Político Pedagógico (PPP), etc.” (CECHINEL *et al.*, 2016, p. 03). Os autores também argumentam que esse tipo de pesquisa tem algumas vantagens sobre a pesquisa bibliográfica, como: baixo custo, fonte rica e estável de dados, e não tem uma exigência de contato direto com os sujeitos. Para Kripka, Scheller, Bonotto (2015),

Uma vantagem adicional dos documentos é que eles se constituem uma fonte não reativa, permitindo a obtenção das informações após longos períodos de tempo ou quando a interação com as pessoas pode alterar o seu comportamento comprometendo os dados. Os documentos podem ser considerados uma fonte natural de informação contextualizada (surgindo no contexto e fornecendo informações a respeito dele). (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 246).

Em relação ao processo da pesquisa documental,

A análise documental inicia-se pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar, dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os elementos de análise podem variar conforme as necessidades do pesquisador. Após a análise de cada documento, segue-se a análise documental propriamente dita. (CECHINEL *et al.*, 2016, p. 04).

É notório que não é tão simples distinguir a pesquisa documental da pesquisa bibliográfica. De acordo com Cechinel *et al.* (2016), é um desafio diferenciar a fonte de das duas pesquisas, devido às similaridades na natureza das fontes. Cabe então ao pesquisador, como em toda pesquisa “[...] estar atento quanto ao objeto de estudo e à pergunta de pesquisa para a diferenciação entre a pesquisa documental e bibliográfica, no que se refere à similaridade de natureza das fontes” (CECHINEL *et al.*, 2016, p. 06). Dessa forma, ele conseguirá estabelecer a devida distinção entre os trechos de revisão de literatura e própria análise do documento em estudo.

#### *Instrumentos e critérios de análise*

Para levantamento dos dados, utilizamos o recurso de produção de planilhas<sup>3</sup>. Dos muitos trechos da Base Nacional Comum Curricular que fazem referência ao fenômeno da variação, optamos por abordar uma competência geral da educação básica, três competências gerais do componente língua portuguesa e oito habilidades desse mesmo componente. Essa escolha se justifica pela importância que as competências e habilidades representam na Base, pois, sabemos que, apesar de todo discurso da BNCC ser relevante, são as competências e habilidades que organizam o currículo e que devem, efetivamente, chegar ao “chão da escola”.

---

<sup>3</sup> Referimos à opção “BNCC em planilhas” que produz planilhas editáveis do documento de acordo com o interesse do navegador. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Dessa forma, tendo definido que analisaríamos as competências gerais da educação básica e as competências específicas do componente Língua Portuguesa e todas as habilidades desse componente propostas para serem trabalhadas no Ensino Fundamental II, rastreamos aquelas competências e habilidades que faziam referência, explícita ou indireta, à variação.

### 3. O tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular

Em nossa análise da BNCC, identificamos diferentes trechos que abordam o fenômeno da variação, dentre os quais destacamos essa significativa passagem:

Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira. (...) Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. (BRASIL, 2017, p. 68).

Entendemos que esse trecho é relevante porque rompe, em um documento oficial da educação, com o mito da unidade linguística, ao declarar a coexistência de outras línguas e de variações da língua portuguesa em nosso país, além de fazer alusão à necessidade de combate a atitudes de discriminação através dos usos da língua. Contudo, conforme já declaramos, nesta parte analítica vamos dar destaque às competências e habilidades apresentadas na Base porque, acreditamos, que esses são os elementos com maior probabilidade de influenciarem as práticas pedagógicas.

Dentre as competências gerais da educação, não encontramos menções explícitas à variação. Entretanto, a leitura atenta da competência nove, nos sugere que seu desenvolvimento pode ser favorecido pelo conhecimento do fenômeno da variação linguística:

9. Exercitar a empatia, o *diálogo*, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o *respeito* ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da *diversidade* de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, *identidades*, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 10 - ênfases adicionadas).

Entendemos que, para os estudantes realizarem as ações previstas nessa competência: exercitar a empatia, estabelecer diálogo com respeito às identidades, buscar a resolução de

conflitos e a cooperação, relacionar-se com os demais sem preconceitos de qualquer natureza o conhecimento sobre variação linguística consiste em um importante recurso. Isso porque tal conhecimento favorece o entendimento de que os diferentes modos de falar em nosso país, tanto em critérios regionais (variação diatópica) quanto em aspectos sociais (variação diastrática) representam também diferentes identidades dos usuários da língua.

Já entre as competências específicas de Língua Portuguesa, encontramos três que citam expressamente a variação linguística:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, *variável*, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
4. Compreender o fenômeno da *variação linguística*, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a *variedade e o estilo de linguagem* adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. (BRASIL, 2017, p.85 - ênfases adicionadas).

Na competência 1, está em jogo a própria concepção de língua, vista em seu dinamismo, tal como sugere a Sociolinguística: um fenômeno que está em contínua formação e que, é simultaneamente formada pelos usuários ao mesmo tempo em que contribui para a formação das identidades dos indivíduos. Por sua vez, a competência 4 é taxativa quanto à compreensão da variação e ao combate ao preconceito linguístico pelo aluno; enquanto a competência 5 versa sobre variação estilística, como já dissemos, aquele tipo em que o falante adéqua sua fala/escrita à situação de comunicação.

A identificação inicial dessas quatro competências cujos desenvolvimentos carecem do conhecimento sobre a variação linguística nos fez acreditar que encontraríamos uma quantidade significativa de habilidades sobre esse tema/conteúdo. Todavia, analisando as, aproximadamente, 184 habilidades de todos os eixos de ensino de Língua Portuguesa no ensino fundamentam II, encontramos apenas 8 habilidades nas quais a variação linguística figura de duas diferentes formas.

No primeiro grupo, localizamos quatro habilidades que tratam a variação como um fenômeno a ser considerado no sentido de o estudante usar a língua de forma proficiente ao ler, produzir textos ou expressar-se oralmente. São elas:

**Quadro 2:** Habilidades de Língua Portuguesa em que a variação linguística é tratada como fenômeno

ANO/FAIXA	PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
6º; 7º; 8º; 9º	Produção de textos	Textualização	<b>(EF69LP07)</b> Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação -, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à <i>variedade linguística</i> e/ou semiótica apropriada a esse contexto, à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/redesign e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/ alterando efeitos, ordenamentos etc..
6º; 7º; 8º; 9º	Oralidade	*Considerar todas as habilidades dos eixos leitura e produção que se referem a textos ou produções orais, em áudio ou vídeo Planejamento e produção de textos jornalísticos orais	<b>(EF69LP12)</b> Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/redesign (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos, à forma composicional e estilo de gêneros, a clareza, progressão temática e <i>variedade linguística</i> empregada, os elementos relacionados à fala, tais como modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc., os elementos cinésicos, tais como postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.
6º; 7º; 8º; 9º	Leitura	Reconstrução da textualidade e compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	<b>(EF69LP47)</b> Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero, os recursos coesivos que constroem a passagem do tempo e articulam suas partes, a escolha lexical típica de cada gênero para a caracterização dos cenários e dos personagens e os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver) empregados, identificando o enredo e o foco narrativo e percebendo como se estrutura a narrativa nos diferentes gêneros e os efeitos de sentido decorrentes do foco narrativo típico de cada gênero, da caracterização dos espaços físico e psicológico e dos tempos cronológico e psicológico, das diferentes vozes no texto (do narrador, de personagens em discurso direto e indireto), do uso de pontuação expressiva, palavras e expressões conotativas e processos figurativos e do uso de recursos linguístico-gramaticais próprios a cada gênero narrativo.

6º; 7º; 8º; 9º	Oralidade	Produção de textos orais	(EF69LP52) Representar cenas ou textos dramáticos, considerando, na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas (timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, <i>variedades e registros linguísticos</i> ), os gestos e os deslocamentos no espaço cênico, o figurino e a maquiagem e elaborando as rubricas indicadas pelo autor por meio do cenário, da trilha sonora e da exploração dos modos de interpretação.
----------------	-----------	--------------------------	--

FONTE: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (ADAPTADO)

Vemos que essas quatro habilidades, destinadas a todas as turmas do ensino fundamental II, requerem conhecimentos sobre o fenômeno da variação linguística para favorecer o uso da língua. A habilidade do eixo da leitura (EF69LP47) é, ao nosso ver, a que apresenta a redação mais desafiante no sentido de identificarmos o(s) tipo(s) de variação a que se refere tendo em vista que o comando “Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero (...) os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver)” pode se referir a quaisquer tipos. Pensamos que, nesse caso, a variação ocupa lugar coadjuvante na caracterização dos personagens e na construção dos gêneros textuais. Já na habilidade do eixo de produção de textos (EF69LP07), o que parece estar em questão é a variação estilística, tendo em vista que os estudantes devem “Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto de produção e circulação”.

Por sua vez, as habilidades do eixo da oralidade (EF69LP12) e (EF69LP52) versam tanto sobre variação diamésica, ao solicitar que os estudantes considerem as especificidades da modalidade oral da língua, quanto abordam a variação estilística quando falam, respectivamente, sobre a “adequação aos contextos” ou sobre considerar “na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas”.

Mas, é no eixo de Análise Linguística/Semiótica, que a variação é trabalhada como um conteúdo, conforme vemos:

**Quadro 3:** Habilidades de língua portuguesa em que a variação linguística é tratada como conteúdo

ANO/FAIXA	PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
6º; 7º; 8º; 9º	Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.

6º; 7º; 8º; 9º	Análise linguística/semiótica	Variação linguística	<b>(EF69LP56)</b> Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.
9º	Análise linguística/semiótica	Coesão	<b>(EF09LP10)</b> Comparar as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial.
9º	Análise linguística/semiótica	Variação linguística	<b>(EF09LP12)</b> Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.

FONTE: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (ADAPTADO)

As habilidades que são destinadas a todas as turmas do ensino fundamental (EF69LP55) e (EF69LP56) carecem do entendimento do problemático conceito de norma-padrão e de preconceito linguístico. Pensamos que apesar de ser, de fato, necessário tratar desses assuntos na escola, as redações dessas habilidades podem gerar imprecisões para o professor, pois, como vimos, o comando “reconhecer as variedades linguísticas” dá margem a um grande número de possibilidades, tendo em vista a multiplicidade de fenômenos variáveis no português brasileiro; da mesma forma, o comando “reconhecer a norma-padrão” também nos parece impreciso porque não ficou claro o que documento chama de “norma-padrão”. Como já vimos, esse termo pode ser usado tanto em referência à variedade linguística descrita nas gramáticas tradicionais quanto em relação aos falares de pessoas com alto grau de instrução (ensino superior) habitantes de centros urbanos.

Essa indefinição quanto ao conceito de norma-padrão persiste na habilidade (EF09LP10), mas agora, a redação da habilidade, ao solicitar que o estudante compare “as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial”, parece fortalecer a hipótese de que o que documento chama de “norma-padrão” é o que as gramáticas tradicionais preconizam, haja vista que essa é contraposta ao “uso no português brasileiro coloquial”. Acreditamos que, mais uma vez, o documento faz referência à variação estilística, pois o termo “coloquial” está associado ao registro da fala.

Finalmente, a outra habilidade do nono ano que, de acordo com o documento, trata sobre variação linguística, o conteúdo abordado é a inserção de termos provenientes de outras línguas em nosso vocabulário. Tal processo é denominado pela gramática tradicional como “estrangeirismos” e por alguns pesquisadores da linguística como “empréstimos linguísticos”. Inicialmente, chama nossa atenção o fato de que esse conteúdo é tratado como de variação

linguística e não na morfologia, como um processo de formação de palavras, como, normalmente, o vemos em nossa formação inicial na graduação em Letras.

### **Considerações**

Vimos que o conhecimento sobre variações linguísticas consiste em um importante recurso para o desenvolvimento de, pelo menos, uma das competências gerais da educação básica, a nove; da mesma forma favorece o desenvolvimento das competências 1, 4 e 5 do componente Língua Portuguesa.

Já entre as habilidades de língua materna, apenas oito, dentre os 184 totais fazem menção à variação de duas diferentes formas: as habilidades dos eixos de leitura, oralidade e produção de textos tratam a variação como um importante recurso para o uso proficiente de língua enquanto no eixo da Análise Linguística/Semiótica, a variação linguística é tratada como um conteúdo a ser abordado em todos os anos/séries do ensino fundamental II.

Entretanto, além do número resumido de habilidades que tratam a variação como conteúdo, percebemos certa imprecisão quanto ao conceito de norma-padrão e a persistência do tratamento da variação estilística a despeito dos demais tipos de variação que necessitam ser discutidos na escola com vistas à educação integral do estudante.

Tais resultados apontam duplamente para a necessidade de construção de propostas curriculares estaduais, municipais e mesmo escolares contemplando as especificidades das escolas e para que os cursos de formação de professores abordem o fenômeno da variação linguística em sua plenitude, sem limitá-lo a um outro tipo.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.

\_\_\_\_\_. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Nada na Língua é por Acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2018. Disponível em:

<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>  
. Acesso em: 01 abr. de 2021.

COELHO, I.L. *et al. Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

CECHINEL, André *et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e Metodológica*. *UNESC*, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/junho 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446>. Acesso em 02 maio 2022.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção Textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANTOS, A.S; MELO, R.M. *O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular*. *Entrepalavras*. Fortaleza, vol.9, n.3. pp 115-132. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50463>. Acesso em 12 maio 2022.